



Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

de Oliveira Agra, Klondy Lúcia; Albuquerque, Lúcio
A interferência da linguagem jornalística na cultura amazônica: A construção de novos sentidos transformando contextos e cenários
Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 17, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 36-45
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550198006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A interferência da linguagem jornalística na cultura amazônica: A construção de novos sentidos transformando contextos e cenários

RESUMO

O sentido culturalmente construído é o que possibilita a compreensão do mundo, a postura diante dos vários pontos de vista e a tomada de decisões. Neste artigo, resultado de estudo sobre o jornal na Amazônia brasileira, observamos e discutimos como a linguagem jornalística interfere na cultura amazônica, constrói novos sentidos e modifica contextos e cenários.

PALAVRAS CHAVE

Linguagem jornalística
Construção de sentidos
Amazônia brasileira

ABSTRACT

The sense culturally built is what enables the comprehension of the world, the posture in front of the several points of view and the finish decisions. In this article, resulted of study on the newspaper in Brazilian Amazon, we observe and argue as the journalistic language interferes in the Amazon culture, the building of new senses and the modifying of contexts and sceneries.

KEY WORDS

Journalistic language
Sense construction
Brazilian Amazon

Klondy Lúcia de Oliveira Agra

Professora da Faculdade Interamericana de Porto Velho – UNIRON/
RO/BR
klondy2@gmail.com

Lúcio Albuquerque

Jornalista em Porto Velho/RO/BR
jlucioalbuquerque@gmail.com

Ao analisar a história da Amazônia, observamos que, por ser uma região colonizada por pessoas de regiões e países diversos, possui grande diversidade cultural e variados pontos de vista. O estudo *A interferência da linguagem jornalística na cultura amazônica: a construção de novos sentidos transformando contextos e cenários* tem por objetivo principal analisar como a linguagem jornalística interfere nessa rica e diversificada cultura.

A fim de atingir esse objetivo, escolhemos como fonte de pesquisa os jornais produzidos e divulgados em Porto Velho, capital de Rondônia. Estado que, por sua localização, diversidade e problemas sócio-culturais é um retrato síntese da região Amazônica.

Com a elaboração de um paralelo entre a história de Porto Velho, o desenvolvimento regional de Rondônia e a história do jornal produzido e divulgado nessa região, procuramos observar a modificação de sentidos culturalmente construídos através da linguagem jornalística, a possibilidade dessa linguagem, através da construção de novos sentidos, mudar pontos de vista e modificar, desse modo, contextos e cenários na Amazônia brasileira.

Procuramos, inicialmente, conceituar o que é um jornal. Para, a seguir, definirmos linguagem jornalística e sentido culturalmente construído. Tais conceitos podem parecer óbvios, todavia, merecem ser analisados com muito cuidado.

A palavra jornal, derivada do latim *diurnale* (diário), tem sua significação trazida do italiano em nosso dia a dia, *giornale* (gazeta diária). No entanto, em um estudo que procura por sentidos culturalmente construídos, o que menos nos importou foi a significação dicionarizada da palavra jornal. Procuramos pelo sentido dessa palavra e nessa procura observamos que por possuir uma linguagem particular, sua linguagem deve ser levada em conta em toda sua própria significação. Fato que nos encaminhou a uma definição muito particular do que é um jornal: sentidos que constroem novos sentidos, modificam pontos de vista e transformam contextos e cenários.

A seguir, buscamos pela melhor definição a ser utilizada em nosso estudo para a linguagem jornalística. Uma linguagem que inclui notícias, comentários, análises, propagandas e entretenimentos, mas que sempre está a serviço de uma ideologia e que se propõe a construir sentidos, modificando ou reforçando pontos de vista.

Observamos, então que, tudo que é transmitido pelo jornal, é feito através da linguagem e tudo que é transmitido através da linguagem necessita de compreensão para a decodificação dos valores inclusos na mensagem. Nessa observação, compreendemos que a linguagem jornalística reúne suas próprias “cargas” emocionais e culturais. O que esta carga é, ou contém, dependerá da natureza da cultura na qual essa linguagem existe. Por exemplo: se uma determinada cultura tem pouco respeito por certos grupos, conceitos ou crenças, sua linguagem ao expressar pontos de vista sobre aqueles grupos, conceitos ou crenças refletirá esse seu pouco respeito. Desse modo, o leitor, ao ler o jornal, terá suas atitudes e valores reforçados ou modificados através da linguagem jornalística.

A linguagem jornalística neste artigo é definida como o *código utilizado para apresentar o mundo ao se leitor*. Essa linguagem, que carrega nela própria, sentidos culturalmente construídos em culturas particulares e por muitas vezes diversas desse leitor, pode, portanto, inibir pessoas de avaliar criticamente as opiniões e visões por elas mantidas. Fato muito evidenciado na linguagem de anunciantes, de políticos e todos aqueles que têm como objetivo a manipulação das atitudes sociais.

Após definirmos jornal e linguagem jornalística, encaminhamos a pesquisa em busca da definição do que aqui chamamos de *sentido culturalmente construído*. Em busca de tal esclarecimento, recorreremos a Frege (1978) e retomamos a sua concepção de unidade de sentido, com base no clássico ensaio “*Sobre o Sentido e a Referência*”¹. Frege utiliza uma grande quantidade de argumentos para sustentar logicamente a afirmação de que o significado não é o objeto a que uma palavra se refere e que é necessário diferenciar, ainda, o objeto real e a palavra daquilo que é compartilhado socialmente como sendo o significado desse sinal e daquilo que cada um entende particularmente como sendo sua significação. Frege (1978, p. 64) argumenta:

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a esse sinal. Se a referência de um sinal é o objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, imersa das lembranças de impressões sensíveis, passadas e das atividades internas e externas que realizei.

O sentido é a idéia compartilhada como referente, isto é, uma concepção geral que permite o entendimento dos significados das frases entre os falantes. A representação é a concepção pessoal acerca do referente. Para que o sinal possa atuar como elemento representativo deve estar associado a um sentido. O sentido, construído culturalmente, é compartilhado pelos falantes de uma língua. Definido como uma idéia geral que os falantes de uma língua associam a um sinal qualquer a respeito de um objeto do mundo real ou de mundos possíveis, o sentido é o responsável pela possibilidade de comunicação entre usuários de uma língua.

Assim, quando um locutor fala uma palavra qualquer ou utiliza-se de um gesto culturalmente definido, espera que seu interlocutor o compreenda. Com essa visão sobre *jornal, linguagem jornalística e sentido culturalmente construído*, encaminhamos nossos estudos em busca da análise e observação de como a linguagem do jornal interfere na cultura amazônica, constrói novos sentidos e, por consequência, na mudança e construção de novos pontos de vista transformando contextos e cenários amazônicos.

A linguagem jornalística e a manipulação da audiência

Um dos principais fatores no que denominamos *liberdade de imprensa* reside na propriedade. Pontos de vista transmitidos ao leitor do jornal carregam sentidos culturalmente construídos, não só de quem faz a notícia, mas também do proprietário desse jornal. O proprietário tem influência direta no conteúdo jornalístico, na sua estância política e na sua perspectiva editorial.

Desse modo, a concentração de jornais na mão de poucos proprietários, com certeza, pode colocar em perigo a liberdade de imprensa e fazer de sua linguagem uma grande ferramenta de manipulação de sua audiência. A linguagem jornalística opera em vários níveis diferentes. A linguagem do texto escrito tem o nível grafológico ou visual. No texto falado tem o nível fonológico ou oral (que pode ser explorado através do texto escrito). Em todos os textos, escritos ou falados, a linguagem tem o nível lexical (a palavra) e o nível sintático (a gramática).

Ademais, a linguagem opera sempre dentro de um contexto cultural. Sendo assim, os textos são criados dentro de uma cultura particular e operam dentro de um sistema de valores pertencentes aquela cultura. Uma maneira simples e óbvia na qual a linguagem jornalística pode ser utilizada para apresentar idéias específicas sobre pessoas, grupos ou valores é feita através da seleção das palavras para denominá-los.

Pesquisas recentes em lingüística e psicologia sugerem que pessoas não dependem da linguagem para pensar. Elas comprovam que os bebês pensam antes de obter a linguagem e adultos, freqüentemente, passam pela triste experiência de não encontrarem as palavras certas para expressarem exatamente o que pensam. Não podemos, portanto, pensar que uma população possa ser dominada pela linguagem, pois essa é uma possibilidade improvável.

Mesmo assim, a linguagem é um instrumento de poder. Talvez, seja um instrumento muito maior de poder quando o seu papel em apresentar o mundo a uma audiência não seja explícito. Em outras palavras, é fácil resistir a um ponto de vista específico ou ideológico quando você sabe que esse ponto de vista ou ideologia está sendo apresentado a você. No entanto, não é fácil de resistir quando esse ponto de vista ou ideologia está oculto.

Observamos, então que, tudo que é transmitido pelo jornal, é feito através da linguagem e tudo que é transmitido através da linguagem necessita de compreensão para a decodificação dos valores inclusos na mensagem.

O público de um jornal é o seu leitor/espectador ou ouvinte. Isto pode ser muito óbvio afirmar, mas essa afirmativa levanta pontos importantes sobre como o jornal se relaciona com esse público e a diferença entre a audiência “real”, que totaliza a distribuição/audição desse jornal e a audiência “implícada”, aquela para qual o jornal parece ter sido produzido.

O jornal, portanto, através da linguagem, pode construir uma audiência (a audiência implícada), como uma maneira de manipular a audiência real, tomando uma posição (ou papel) que, sem esse artifício, não poderia tomar. Destarte, o jornal assume a existência de grupos que realmente não podem existir como grupos dentro da sociedade. Dirigindo-se a esses grupos, cria uma ideologia compartilhada que freqüentemente trabalha para obscurecer alguns temas em lugar de clarificá-los. Ademais, observamos que a linguagem

na produção do jornal pode ser utilizada para representar grupos em particular, para promover atitudes particulares ou ajustar-se a estereótipos existentes.

Passamos a entender, então que, a linguagem jornalística ao apresentar o mundo ao seu leitor, de uma forma não implícita, com sentido e representações particulares, pode conduzir o leitor à compreensão errônea. Pois, para que haja uma compreensão *correta*, há a necessidade de se construir sentidos na cultura do autor (jornalista, repórter ou o próprio proprietário desse jornal) e especializar esses sentidos para que nessa compreensão não haja enganos e/ou contradições.

Ademais, além do domínio da linguagem utilizada, para que seja feita a compreensão, importam também, vários outros fatores. A ausência desses fatores pode levar o leitor a conclusões incorretas sobre o que está sendo veiculado. Entre esses fatores, podemos enumerar: o grupo cultural desse leitor, seu nível de escolaridade, seu nível de consciência e até mesmo a mescla cultural do cenário a que ele pertence.

A história do jornal em Porto Velho

A leitura e observação dos dados colhidos mostram que a colonização de Porto Velho, capital de Rondônia, tem sido feita de modo desordenado e com interesse e valores diversos. A ocupação, que inicialmente não se deu por ação oficial e sim por ação particular, por ocasião da construção da estrada de ferro *Madeira-Mamoré*², vem sofrendo ao longo da sua história a interferência de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com alegações variadas.

Órgãos públicos e privados vêm, através de projetos e pesquisas, tentando direcionar o desenvolvimento sustentável dessa região, tendo como meta a equalização do desenvolvimento populacional com o desenvolvimento econômico. Com a triangulação de dados sobre a história da cidade de Porto Velho e a história do jornal aqui produzido e veiculado, observamos que essa mídia tem papel relevante na formação e transformação da cultura local.

Para dar conta do objetivo proposto a este estudo, procuramos conhecer a história do jornal na região desde antes da formação do que um dia viria a chamar-se de Porto Velho. O primeiro jornal impresso direcionado a essa população foi o *Humaythaense*. Jornal fundado pelo comendador Antonio Francisco Monteiro, editado na cidade de Humaitá (AM). Sua primeira edição foi a 29 de agosto de 1891. Dentre as notícias da época, figuraram visitas de personalidades e até o início da construção da igreja de Santo Antonio³ (em 15

de outubro de 1909), o mais antigo templo católico do que hoje é Rondônia.

Com única cópia original disponível no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, o *Humaythaense* demonstra a elitização de sua audiência pelo material de sua impressão: tecido de seda. O expediente do *Humaythaense*, na primeira página do número 3, de 13 de setembro de 1891, cita como redatores responsáveis, Antonio Francisco Monteiro e Joaquim da Fonseca Barboza Tinoco, tendo como administrador João Firmino Pinto. A assinatura anual custava 12 mil réis. Aquela edição trazia um longo editorial em quase toda a primeira página tratando da Educação, cobrando mais investimentos do Governo e maior participação dos pais.

O dístico do *Humaythaense* era *órgão dos interesses do município* e o jornal, que circulava semanalmente, era propriedade de uma associação. Sua administração e redação eram na rua 1º de Março, em Humaitá – AM (à época o estado do Amazonas estendia-se até o local onde, hoje, é a cidade de Porto Velho).

Em 1908, a construtora responsável pela ferrovia *Madeira-Mamoré* instalou uma gráfica para atender seus interesses no canteiro de obras na localidade de Santo Antônio. A 4 de julho de 1909, surgiu o primeiro jornal editado pelos trabalhadores da *Madeira-Mamoré*. *The Porto Velho Times*, periódico escrito em inglês, como seus contemporâneos *The Marconigram* e *The Porto Velho Correier* (jornais que circularam a partir de 1910)⁴.

Em 1912, em Santo Antonio, foi lançado *O Bilontra*. Um jornal mural, produzido por trabalhadores italianos de linha política anárquica. A 1º de janeiro de 1913, é lançado o jornal *Extremo Norte*, primeiro jornal escrito em português, editado no recém-instalado município de Santo Antônio (MT) e, como o *Humaythaense*, tinha o mesmo dístico: *a defesa dos interesses regionais*.

Em 1915, Porto Velho ganha seu primeiro jornal, *O Município*, editado em língua portuguesa, dirigido pelo jornalista João Alfredo de Mendonça. Em 1917, *O Município* foi comprado por dois políticos locais que o relançaram a 15 de abril daquele ano com o nome fantasia *Alto Madeira*, hoje um dos cinco mais antigos em circulação no país.

Em 1921, Raif da Costa Lima funda o jornal *A Gazeta*, auxiliado por José Mateus Gomes Coutinho, Manuel Afonso dos Santos Júnior e Joaquim Carvão. A imprensa segmentada já estava presente em 1917. Os jornais que se sobressaíram foram: o de propaganda da empresa Irmãos Rosas, *O PUM!* e o estudantil *O Curumy*. Em 1919, circulou o primeiro jornal de linha religiosa, o *A Verdade*, de linha Kardecista e, em 1922,

circula o semanário humorístico *O Cometa*, dirigido por Cincinato Ferreira Filho.

O *Alto Madeira*, em 1936, foi comprado pelo mega-empresário Assis Chateaubriand que o colocou como um dos veículos do Grupo Diários Associados. Era semanal e, só a partir da década de 1940, começou a circular diariamente.

Ainda na década de 40, mais precisamente em 1946, em Porto Velho, o jornalista Pedro Gondim lança o mensário *Oeste-Jornal*. Na década de 50, começaram a veicular outros jornais. Em 1951, *O Normalista*, liderado pelo estudante Lourival Chagas, aluno da Escola *Carmela Dutra* e *O Estudante*, lançado pela União dos Estudantes Secundários do Guaporé.

O jornal *O Estudante* circulou até 1964. Seus diretores fundadores foram: Luiz Tourinho, José Bastos Silva, Abnael Machado de Lima e Cunegundes Batista Queiroz. Em 1952, seringalistas e políticos de Porto Velho, sob a liderança do jornalista Emanuel Pontes Pinto, fundam o jornal *O Guaporé*, que circularia até a década de 1990, tendo como dístico, também, *a defesa dos interesses regionais*.

No dia 22 de agosto de 1964, circulou o primeiro número do jornal *Dom Bosco em Foco*, do Grêmio recreativo *Ruy Barbosa*, formado por alunos do Colégio Salesiano Dom Bosco. O corpo redacional era composto pelo Padre João Batista Moretti (diretor-proprietário); Carlos Natanael Davy (diretor-gerente); Euromar Kang Tourinho (redator-chefe); Jayme Ramos, Flodoaldo Pinto, Antenor Garcia, Luiz Carneiro, Walfredo Alves, Sérgio Valente, Manoel Passos, Sílvio Gualberto e Viriato Moura (redatores).

Na década de 1960 circularam dois jornais dirigidos por Inácio Mendes, *O Combatente* e, a seguir, *O Combate*. Ambos com objetivos políticos. Em 1970, os jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé* publicaram respectivamente as colunas *Presença Universitária* e *Porque hoje é Sábado*, dedicadas à literatura local, sob responsabilidade de Viriato Moura, Maria José Romano e Mariazinha Trindade.

Em 1976, o empresário Joaquim Pereira da Rocha fundou o jornal *A Tribuna*, com nova tecnologia de impressão e equipe profissional. Esse jornal circulou até o fim da década de 1990. Também em 1976, funciona em Vila Rondônia (Ji-Paraná) o jornal *A Palavra*, dirigido pelo jornalista Dionísio Xavier, *o Velho Dió*, e Nelson Townes de Castro.

Na década de 70, até 1976, o jornal que mais circulava era o *Alto Madeira*. Não encontramos registros sobre número corretos, mas a tiragem era em torno de 1 mil exemplares por edição e a circulação era restrita

a Porto Velho e Guajará Mirim. Em 1976, surgiu o jornal *A Tribuna*, que inovou vendendo, além dos pontos de bancas, também com os gazeteiros (jornaleiros) nas esquinas e com um sistema organizado de assinaturas. Além disso, o jornal circulava diariamente pelo menos até Ji-Paraná, aquela altura Vila Rondônia. A Tribuna tirava 3 mil jornais por dia, circulava de domingo a domingo.

Em 1980, surge o jornal *O Estadão*, com um sistema mais agressivo de circulação, além de divulgar as notícias diárias de todos os municípios e distritos, demonstra forte propensão política e assume a liderança. Primeiro local a imprimir pelo sistema off-set e a ter circulação em toda área de Rondônia.

Na primeira metade da década de 1980, também, foi impresso em Porto Velho o jornal *Imparcial*. Desde a década de 1990, o Estadão tem sua circulação medida pelo Instituto de Verificação de Circulação. Hoje em dia, o jornal tira cerca de 5 mil exemplares-dia, lembrando que o IVC considera circulação apenas a venda em banca (não considera sobras, nem assinaturas ou cortesias).

Em 1993, o empresário Acir Gurcaz lançou o jornal *Diário da Amazônia*, com redação inteiramente informatizada⁵. Há várias experiências dentre os segmentos, como *O Barranco*, na década de 1980, tendo em sua equipe jornalistas como Paulo Queiroz, Montezuma Cruz, etc. Nos últimos 20 anos, o jornalismo segmentado ganhou espaço com circulação de veículos diversos.

Em 2002, o jornalista Gessi Taborda lançou o jornal *Imprensa Popular*. Inicialmente, de distribuição gratuita, hoje tem espaço definido na circulação semanal. Traz notícias e têm forte conotação política.

Dentre os projetos novos, não se trata de um jornal, mas é um periódico com 15 mil exemplares distribuídos gratuitamente em pontos de ônibus e empresas particulares, há quatro anos circula o *Leitura no Ônibus*, assinado pelo escritor Luiz Carlos Albuquerque, projeto que visa incentivar a leitura e fazer conhecer as coisas de Porto Velho.

Atualmente, o jornal de maior circulação em Porto Velho é o *Diário da Amazônia*. Com a triangulação dos dados obtidos, observamos que, a propriedade dos jornais, os focos de interesse e a elite de Porto Velho andaram lado a lado durante toda a história e, através da linguagem jornalística a favor de seus interesses, construíram e especializaram sentidos no cenário observado.

Este estudo aponta para um jornalismo local totalmente influenciado pela velocidade dos meios de co-

municação, pela disputa de anunciantes e pela falta de melhores condições para a produção. É um jornalismo fortemente atrelado a fatores regionais que acompanham a história e seus interesses econômicos. Exemplo disso, constatamos na manchete principal da primeira edição do jornal *O Imparcial*, de 18 de novembro de 1951, editado em Guajará-Mirim: *Afinal saiu o aumento no preço da borracha*, claramente voltado para o interesse do grupo econômico majoritário no então Território Federal do Guaporé.

Ao analisarmos o jornalismo desta parte da Amazônia, não podemos deixar de citar o jornalista Paulo Queiroz, referência obrigatória sobre a política local há mais de 20 anos, que ao falar do seu papel no jornalismo rondoniense, afirma: “o que escrevo não influencia ninguém. Mas o que me satisfaz é que as pessoas podem tirar dali novas maneiras de analisar os fatos. E tenho certeza de que, por mais que eu não queira, estou sempre de um lado”.

Observamos também que, com o surgimento de novas tecnologias, o jornalismo em Rondônia também deu vários passos adiante, exigindo maior atenção ao que acontece à volta do redator, especialmente com a proliferação dos meios de comunicação através da Internet, os sites, gerando também novas formas de diagramação e, como todas as outras formas, tendo sempre uma tendência específica em cada produto.

Como elemento influenciador da sociedade, com os argumentos levantados anteriormente, não nos restou dúvidas quanto à importância da linguagem jornalística. Não só na Amazônia, mas em todo o território brasileiro, essa influência é assistida em toda a história. Exemplo claro disso foi a campanha engendrada por Carlos Lacerda contra o presidente Getúlio Vargas. Campanha que o levou ao suicídio, através da forte influência direta na opinião pública.

Em nível local, poderíamos citar vários exemplos. No entanto, registramos um exemplo típico da importância da linguagem jornalística para influenciar decisões: em 1981, quando se cogitou de vender o que restava da extinta *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, a imprensa mobilizou-se e acabou com essa idéia. Em seu lugar, provocou discussão sobre a importância de sua preservação (os interesses implícitos continuam encobertos).

Com a triangulação feita, ressaltamos, portanto que, o jornalismo local comprova, através da sua própria história, que nunca foi um jornalismo independente (embora esse tema sirva, também, de jargão a muitos jornais locais). Este estudo reafirma que sempre que se redige para um jornal se está de um lado, a lingua-

gem jornalística sempre defende um posto de vista.

Observamos também que, durante a história de Rondônia e a história do jornal na região, uma frase ficou bem marcada. A frase atribuída a Winston Leonard Spencer Churchill: “Não existe Opinião Pública. Existe opinião que se publica”. Um dístico muito ouvido na década de 80 quando Jorge Teixeira, governador de Rondônia a época (1979/1985), o adotou e o repetia várias vezes.

A linguagem jornalística, o discurso e a construção do sentido

O discurso, tal como o compreendemos, define-se como um processo de articulação entre o domínio lingüístico e o campo social (apreendido pela história). Segundo a Análise de Discurso de linha francesa (AD), o discurso é o espaço onde a ideologia se manifesta e se materializa, produzindo sentidos para e entre seus sujeitos. Baseando-se na confluência de três grandes áreas do conhecimento científico (a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise), a AD fundamenta-se como o estudo da linguagem enquanto “lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade” (Brandão, 1991; 1997; p. 12).

Em busca de entendimentos sobre o discurso, chegamos a Foucault (1986, p. 135) e ao que ele chama *discurso*⁶: “um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” e observa-se, também (Foucault, 1986, p. 114), que o papel do locutor enquanto sujeito do discurso não necessita ser concebido como idêntico ao autor da formulação. Ainda, segundo Foucault (1986, p. 119), “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode ou deve ocupar todo indivíduo para ser o seu sujeito”. Compreendemos que na fala o sujeito apropria-se - ou não - de um objeto histórico e simbólico - o discurso do outro - para exercer as funções de sujeito, de autor em meio à textualidade já existente, que organiza, administra e constrói as suas instituições através de processos discursivos próprios.

Ainda em Foucault (1986), o discurso é concebido como uma dispersão em, pelo menos, dois aspectos: no sentido de um conjunto de enunciados que, apesar de não ligados por princípios de unidade, possuem certas regularidades e na rejeição de uma concepção unificante do sujeito, uma vez que este se apresenta como “uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos” (Brandão, 1991; 1997, p. 30). Em outras palavras, o sentido não pode ser considerado como próprio a um determinado enunciado, inde-

pendente do contexto e das condições sócio-históricas em que foi produzido ou do sujeito que o proferiu. Segundo Orlandi (1999; 2000, p. 42-43), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

De acordo Althusser (1985), a ideologia expressa “sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (1985; 1998; p. 82) e, desta forma, busca, por meio de aparelhos repressivos e ideológicos reguladores das práticas dos indivíduos que formam uma sociedade, a perpetuação ou a reprodução das relações de produção/ exploração.

Para tanto, a ideologia interpela indivíduos como sujeitos, isto é, a fim de assegurar seu funcionamento, ela promove o assujeitamento do sujeito enquanto sujeito ideológico que, com a impressão de estar exercendo sua própria vontade, acaba sendo conduzido por ela. A ideologia caracteriza-se, enfim, por sua dissimulação no interior de seu próprio funcionamento, colaborando na constituição do sujeito e na produção dos sentidos.

Pontos de vista transmitidos ao leitor do jornal carregam sentidos culturalmente construídos, não só de quem faz a notícia, mas também do proprietário desse jornal.

Considerando as idéias althusserianas e os conceitos de Foucault acerca do discurso e da formação discursiva, Pêcheux (1975) elabora suas próprias noções de formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI). Formada a partir de condições de produção (CP) específicas, uma FD, conforme dito anteriormente, determina tudo “o que pode e deve ser dito” pelos falantes de uma língua em uma dada formação ideológica que, por sua vez, define-se como um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento.

Desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de

classes em conflito umas com as outras (Pêcheux; Fuchs, 1975; 2001, p. 166). A ausência de delimitações precisas entre as fronteiras que separam uma FD de outra(s) faz com que elas apresentem, muitas vezes, conflitos dentro delas mesmas e entre si. Esta inscrição entre diversas FDs acontece exatamente pelas formações ideológicas que as circundam e as abrangem.

Em outras palavras, são as FIs que, constituídas pela interligação de diferentes FDs, possibilitam que um determinado sentido seja apreendido e não outro. Além disso, para que a reprodução das relações de produção seja efetiva, as FIs fazem uso de mecanismos de interpelação ou de assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Um sujeito cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio-histórico em que esta palavra ou idéia foi produzida.

Na articulação destas teorias percebe-se, ainda em Pêcheux (1983), que o discurso, governado por FIs diversas, é entendido como uma estrutura na qual surgem os acontecimentos, ou seja, baseando-se na opacidade da linguagem, ele é construído dentro de uma conjuntura sócio-histórica, evocando memórias e sentidos já produzidos em outros lugares, por outros sujeitos e em outros momentos.

Atravessado pela dispersão do sujeito, o discurso se define, devido às contradições de classe nele presentes, como heterogêneo, apesar de buscar, sempre, certa homogeneidade discursiva, transparência e imutabilidade em sentidos sobre os quais atuam diversos mecanismos ideológicos para que efeitos de naturalidade sejam obtidos. Sem se dar conta da possibilidade de passagem de uma FD a outra, da heterogeneidade que se inscreve no seu discurso, o sujeito tem a ilusão de ser o “dono” do seu discurso, capaz de marcar exatamente o que é seu e o que é do outro⁷. Ele não percebe que este Outro está, invariavelmente, sempre presente em seu discurso, constituindo-o.

Assim, ele “pensa controlar a própria ideologia, quando, na realidade, ele contribui significativamente para a perpetuação da luta de classes que serve aos propósitos da ideologia” (Dugaich, 1993, p. 20). Esta noção de heterogeneidade como constitutiva de todo discurso também encontra respaldo em Bakhtin ao compreender a língua (considerada um fenômeno histórico e social) como (e conseqüentemente) um fenômeno ideológico e ao tomar a enunciação como unidade básica de análise, ele afirma, como já vimos anteriormente, que o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto e que de fato, há tantas

significações possíveis quantos contextos possíveis (Bakhtin, 1999, p. 106).

A partir desse princípio, pode-se concluir que tudo o que é dito pode ter um sentido diferente dependendo do contexto social no qual isto é feito. Cada contexto constrói seu sentido (subjetivo) para cada palavra ou grupo de palavras pronunciadas. A palavra possui, dessa forma, um caráter plurivalente.

Segue-se que, assim como a língua, o sujeito também é construído histórica, social e ideologicamente: o sujeito se constitui ouvindo e assimilando as palavras e os discursos do outro (sua mãe, seu pai, seus colegas, seus professores, sua comunidade etc.), fazendo com que estas palavras e discursos sejam processados de forma que se tornem, em parte, as palavras do sujeito e, em parte, as palavras do outro (Menezes de Souza, 1995, p. 22).

Este é o princípio do *dialogismo* (condição constitutiva do sentido), em que tudo o que é dito pressupõe um Outro: toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as (Bakhtin, 1999, p. 98).

Dessa forma, o sujeito nunca detém a origem do seu dizer e só pode ser concebido, só se percebe nas relações que o ligam ao Outro: o Outro é considerado constitutivo de seu discurso. Uma vez imbricado em seu meio social e permeado e constituído pelos discursos que o circundam, o sujeito está sempre em conflito, nunca em harmonia. É, portanto, um sujeito híbrido, uma arena de conflito e confrontação dos vários discursos que o constituem, sendo que cada um desses discursos, ao confrontar-se com os outros, visa a exercer uma hegemonia sobre eles (Menezes de Souza, 1995, p. 22).

O princípio do dialogismo e a heterogeneidade discursiva, produzida pela dispersão do sujeito e pelo deslocamento das FDs “conforme os embates da luta ideológica” (Brandão, 1991; 1997, p. 72), remetem-nos ao conceito de interdiscurso que, postulado por Pêcheux (1975; 1988), colabora na definição das FDs. Segundo este autor, um discurso é o resultado da relação/diálogo que mantém com outros discursos, não existindo o chamado “discurso puro”. Dessa forma, é no interdiscurso que os sentidos são constituídos. Nele, existe o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (Orlandi, 1999; 2000, p. 31).

Nessa perspectiva, o interdiscurso pode ser definido como um espaço que, composto por diversas FDs e, conseqüentemente, FIs, disponibiliza que inúmeras formulações já feitas (e esquecidas) sejam repetidas e que, dadas as novas CPs, novos sentidos sejam produzidos neste processo. Orlandi (1999; 2000, p. 43) ainda afirma que, na realidade, as FDs podem ser vistas como regionalizações, como “configurações específicas dos discursos em suas relações”. O interdiscurso incorpora elementos externos a uma dada FD e os insere em uma linha de continuidade interna, também chamada de ordem do discurso por Foucault (1971).

Em seu primado sobre o discurso, o interdiscurso procura ouvir o “não-dito” naquilo que é dito. Pêcheux (1975) contribui para esta discussão afirmando que o interdiscurso é afetado pelo esquecimento, melhor dizendo, por dois tipos de esquecimentos. O primeiro é o da instância ideológica, o qual cria, no sujeito, uma ilusão constitutiva, aquela de que ele é a origem do seu dizer: que o que ele diz é novo, nunca fora dito antes. De natureza inconsciente, este tipo de esquecimento configura o próprio processo de interpelação do sujeito. O esquecimento número dois é o da ordem da enunciação, o qual estabelece que não existe uma forma única para o dizer, que sempre pode ser dito de outra maneira, sempre pode ser outro.

Assim, por saber que o que diz pode ser interpretado e compreendido de diversas maneiras (pela própria inclusão do Outro em seu discurso), enfim, por não se constituir como a fonte do sentido, o sujeito conscientemente reformula seu dizer, na tentativa de expressar suas idéias mais adequadamente, da forma mais precisa possível. Estes esquecimentos são, contudo, necessários para que os sujeitos funcionem e os sentidos sejam produzidos. Podemos, então, dizer que sujeitos e sentidos significam na medida em que retomam palavras e expressões já-ditas e, ao conferir-lhes novas interpretações, proporcionam também um eterno movimento ao processo de significação.

Após leituras sobre a semântica (Ilari e Gerald, 1992; Ferrarezi, 2003; Kempson, 1980; Filmore, 1977 e outros) e a concordância com os itens discutidos anteriormente de que o sentido é construído culturalmente, volta-se a Benveniste (1996) que afirma: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Ao falar em posição do locutor, Benveniste levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo.

Ao levar-se em conta a questão levantada por Benveniste a respeito da relação entre o locutor, seu enunciado e o mundo, leva-se em conta também o estudo feito por Raccach (2002) denominado *A Semântica dos Pontos de Vista*, no qual o autor propõe e defende uma aproximação das relações entre a pragmática, a semântica e a cognição, aproximação que, segundo ele, é a mais adequada para uma teoria científica das línguas e, em particular, aos fenômenos da construção dos sentidos.

Pierre-Yves Raccach faz digressões sobre o que se pode ver e como se pode ver as coisas, fazendo-nos reafirmar a teoria de que o sentido de um enunciado não é percebido, é construído, ou seja, a interpretação se dá com o conhecimento do contexto e do cenário, como já explicitamos anteriormente. Raccach (2002, p. 69) exemplifica sua teoria e conclui:

[...] cada enunciado, por mais que utilize as mesmas palavras, evoca pontos de vista que pertencem à cultura de uma comunidade lingüística, ou melhor da comunidade lingüística a que pertence o falante. Assim, vê-se indiretamente o papel das representações coletivas na construção de uma realidade que constitui o objeto do discurso. Assim, em vez de se pretender descrever o significado como núcleo lógico de um sentido subjetivo, convém considerar o significado como instrução (objetiva) para a construção do sentido (subjetivo)⁸. [Nossa tradução]

Situando um dos objetivos deste estudo, a construção de sentidos através da linguagem jornalística na amazônia, com a teoria de Raccach, ainda observa-se o seguinte pensamento:

Desta maneira, vê-se o falante como um manipulador que, utilizando sua língua como ferramenta, empurra (ou tenta empurrar) o ouvinte a construir um sentido subjetivo, que o próprio falante só pode vislumbrar, mais ou menos, em função do seu conhecimento da subjetividade do ouvinte⁹. [Nossa tradução]

Observa-se, então, que o homem amazônico, ao acompanhar a vida cotidiana pela linguagem jornalística, modifica seus valores culturais, gerando impressões destes valores em sua mente, o que lhe torna possível um construto cultural compartilhado que o leva a representações subjetivas, pessoais, sobre a cultura de outras regiões. A respeito desse construto, Ferrarezi Jr. (2003)¹⁰ comenta:

Os sentidos se constroem culturalmente, e tudo o que é construído culturalmente é, obrigatoriamente, vinculado a valores culturais. Por isso mesmo os sentidos expressam, além de suas ações referen-

ciais, valores culturais e, por isso, geram uma *impressão* desses valores nas mentes dos falantes. É a partir dessas impressões de valores que construímos nossas representações. Mas, elas - as impressões de valores culturais - não são as representações, pois elas são, ainda, somente um construto cultural e compartilhado, e as representações são subjetivas, pessoais.

Assim, reconhecemos então que, a linguagem jornalística tem, também, importante papel na construção do jogo discursivo. O leitor cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio-histórico em que esta palavra ou idéia foi produzida. Além disso, na linguagem jornalística que, também, privilegia a cena em detrimento da simples narrativa ou do sumário¹¹, tudo é visto e mostrado a partir da sua perspectiva, de seu ângulo de visão. Dessa maneira, pode-se dizer que a história é construída, reconstruída e, até mesmo, desconstruída a partir de um recorte. Ela mostra, portanto, à sua audiência a sua versão dos fatos nacionais e internacionais, construindo a sua história sobre a nação e sobre o mundo (Bhabha, 1990; Hall, 1998; Benjamim, 1985; 1994).

Assim, reconhecemos então que, a linguagem jornalística tem, também, importante papel na construção do jogo discursivo.

Em outras palavras, é a linguagem jornalística quem autoriza (e legitima) o que se convencionou chamar de "história oficial", reforçando alguns acontecimentos e abafando outros que devem, por diversos motivos, ser esquecidos. Transformando experiências pessoais em públicas, uma vez que ela recorre ao acervo disponível, ela atua como um sábio e, sem poder ser questionada, dá seus conselhos e contribui para a criação de uma "comunidade imaginada" (Anderson, 1983; 1989), ou seja, a invenção de uma visão do mundo.

A linguagem jornalística aproveita-se, ainda, de seu papel, pois realiza sua tarefa com grande maestria: ela relata experiências e, passando-a de pessoa a pessoa, aproxima-se de seu ouvinte/leitor, que se sente atraído por um sentimento de intimidade.

Considerações finais

A partir do momento em que o amazônida, através da linguagem jornalística, lê e interpreta cenários com sentidos construídos em outra cultura e começa orientar-se em relação a ela, tomando para si novas significações, ele começa também a modificar sua própria cultura. Desse modo, a importância do jornal para a cultura local é inquestionável, pois, à medida que novos sentidos sobrepõem-se aos sentidos construídos na cultura amazônica, a comunidade adquire novos pontos de vista e com essa aquisição há toda uma interferência no seu modo de vida e em seus valores culturais.

Com interesse em preservar traços culturais amazônicos, necessário se faz que haja grande número de jornais, com propriedades diversificadas e interesses múltiplos, que transmitam ideologias variadas, mas que não esqueçam deles próprios conhecerem seu interlocutor/leitor, sua cultura e seu modo de vida, para que, com respeito à cultura amazônica, criem e especiem novos sentidos em sua audiência, com acuidade e responsabilidade.

Cabe, portanto, aos proprietários dos jornais amazônicos, a tarefa de acuidar sobre o valor da linguagem jornalística por eles veiculada e do seu poder em preservar ou destruir toda uma cultura. Ademais, a partir do momento que reconhecemos com este estudo, que a linguagem jornalística é um instrumento de poder. E de muito maior poder quando o seu papel em apresentar o mundo a uma audiência não está explícito, concluímos que o jornalista (proprietário, escritor ou repórter) deve admitir a transparência em seu texto, para, através dessa transparência, demonstrar respeito a sua audiência "real", neste caso, a população da Amazônia brasileira ■ FAMECOS

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Hazard; SEARLE, Leroy. *Critical Theory*. Florida: University of Florida, 1985.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional, 1996.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Unicamp, 1997.

DUGAICH, Cibele Mara. *A Estrutura Argumentativa do Discurso Político: Uma análise da heterogeneidade do pronunciamento de posse do Presidente Kennedy*. Dissertação de Mestrado. PUC - São Paulo, 1993.

FERRAREZI Jr., Celso. *A especialização dos sentidos: palavra, contexto e cenário*. (mimeo), 2003.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.

_____. Gottlob. Digressões sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 105-116.

FRIEDMAN, Norman. Point of view in fiction, the development on a critical concept. In: STEVICK, Philip. (Ed.): *The theory of the novel*. New York: The Free Press, 1967.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FURQUIM, Fernanda. *Sitcoms: definição e história*. Porto Alegre: FCF editora, 1999.

HUGO, Vitor. *Desbravadores*. Edição do autor, 1998.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1992.

MENEZES DE SOUZA, Lynn Mário. *O conflito de Vozes em Sala de Aula*. In: Coracini, Maria José. (Org.) *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 1995.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

RACCAH, Pierre Yves. La Semantica de los puntos de vista: Hacia una teoría científica y empírica de la construcción del sentido. In: *Letras de hoje*. Porto Alegre: PVC/RS. n. 129, 2002, p. 45-72.

NOTAS

¹ Este ensaio foi escrito com problemas da lógica em mente (isto é, a relação de "igualdade") e é uma amostra dos primeiros exemplos de análise filosófica a apontar que o problema invade a língua natural e que não é um problema restrito à matemática ou à lógica formal. Deste ponto de vista, Frege, como C. S. Pierce, antecipam a preocupação de filósofos e críticos com os problemas que envolvem a língua e o significado, particularmente onde problemas semânticos e epistemológicos sobrepõem-se mas exigem diferenciação. Cf. In: Adams e Searle, 1985:624.

² Porto Velho foi criada oficialmente em 2 de outubro de 1914, por Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, aproveitando a existência de duas povoações vizinhas, formadas por remanescentes da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, iniciada em 1872 e concluída em 1912, onde havia sido implantada uma infra-estrutura básica de saneamento. A ferrovia foi construída para escoamento da produção de borracha. Isto estabeleceu uma relação de dependência entre a cidade e a ferrovia que durou cerca de 60 anos; enquanto a borracha apresentou valor comercial houve crescimento e progresso, seguido de longos anos de estagnação e pobreza, com a crise da borracha no mercado internacional (Cf. in: http://www.achetudoeregiao.com.br/RO/Historia_de_porto_velho.htm).

³ A Igreja de Santo Antônio está localizada, hoje, em Porto Velho, anteriormente, na Vila de Santo Antônio, uma das povoações remanescentes da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

⁴ Cf. In Hugo, Vitor. *Desbravadores*, edição do autor, 1998.

⁵ Omitimos o jornal *Folha de Rondônia* porque é editado em Ji-Paraná, onde também é impresso e distribuído.

⁶ Essa é uma das inúmeras definições de discurso, presentes na obra *A Arqueologia do saber*, Foucault, 1986.